

OLIVEIRA FILHO João Pacheco(org) *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998

OLIVEIRA FILHO João Pacheco(org) *A viagem da volta: etnicidade política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999

Poi Maria Inez C Mello
PPGAS UFSC

Trata-se de duas coletâneas imprescindíveis para todo aquele que se interessa pelas populações indígenas no Brasil contemporâneo. A tônica de ambas recai sobre a questão da territorialização, partindo do princípio que a atribuição de uma base territorial fixa para uma dada sociedade acarreta mudanças significativas para esta. Territorialização é definida como um processo de organização social calcada na diferenciação étnica, na constituição de mecanismos políticos especializados, na redefinição do controle social sobre recursos ambientais e na reelaboração da cultura e da relação com o passado (1999:20). A primeira coletânea (1998) enfoca aparelhos de poder, como FUNAI, INCRA, SPI e Tribunais de Justiça, no sentido de desvendar os mecanismos e estratégias de que estas instâncias lançam mão para intervir “sobre os indígenas e suas coletividades na definição dos seus direitos territoriais” (8). A segunda (1999) trata do ressurgimento de identidades étnicas indígenas no Nordeste brasileiro a partir de dados pontuais de etnografias provenientes de trabalhos de campo na região. Nesta última, a dimensão territorial também é vista como sendo estratégica na relação existente entre o Estado-nação e as populações etnicamente diferenciadas.

Todos os colaboradores destas coletâneas estão diretamente ligados a Oliveira Filho, como orientandos ou como membros de projetos por ele coordenados. Disto decorre uma homogeneidade teórico-metodológica que permeia todos os textos. Expressões como por exemplo situação histórica, utilizada por Oliveira Filho¹ (1988:56) - inspirada em Gluckman² (1968) - que se refere a esquemas de distribuição de poder entre diversos atores, servem-lhes como modelo analítico, o conceito de individualidade também é largamente empregado, e procura dar conta de um modo de ser característico de grupos indígenas assistidos por órgãos tutores como SPI ou FUNAI. Conceitos como uena, estrutura e campo político aparecem frequentemente, para lidar com as conexões entre a estrutura política local e as estruturas maiores do Estado. Desta forma, todos os autores se situam num ponto de convergência da antropologia política com os estudos de etnicidade. O especial tratamento que é dado aos documentos provenientes das instituições em apreço, bem como uma cuidadosa pesquisa histórica efetuada nos arquivos da FUNAI, em cartões, jornais de época, e outros, demonstram uma continuidade na linha de pesquisa que Oliveira Filho desenvolve desde o seu trabalho com os Ticuna.

Em *A Viagem de Volta*, Oliveira Filho (1999:11) reedita a sua conferência no Museu Nacional³, na qual apresenta a problemática geral enfrentada pela etnologia que trabalha com populações tidas como de pouca distinção cultural, notadamente no nordeste brasileiro, e propõe alguns conceitos para lidar com a questão étnica que lhe sirvam de ferramentas para interpretar a “emergência” de identidades. A este primeiro artigo, no qual as questões gerais são colocadas, se segue uma série de artigos de cunho etnográfico que procuram tratar de casos específicos. Os vários autores buscam descrever um mesmo processo vivido por diferentes comunidades do nordeste, a que chamam “etnogênese”. Com este conceito, procuram fugir de idéias como “remanescentes” ou “resíduos de populações”, no sentido de enfatizar a positividade do processo vivido por estes povos: os índios Tapeba da zona metropolitana de Fortaleza (Barreto Filho: 91), os Xucuru-Kariri de Alagoas (Martins:197), os Atikum-Umã do sertão pernambucano (Grünewald:137) e os Kiriri do norte da Bahia (Brasileiro:173). Já Peres (:41) enfoca o processo histórico de produção de terras indígenas no nordeste no período de existência do S.P.I. (1910/67) apresentando principalmente as estratégias utilizadas pelos agentes oficiais diante de contextos de disputa territorial.

Em *Indigenismo e Territorialização* vemos o resultado de um grande esforço empreendido no sentido de encontrar e de dar vida a documentos arquivados, fazendo com que do cruzamento de censos, mapas estatísticos, leis e discursos, surja um quadro um pouco mais definido, ainda que sombrio, do processo de criação e reconhecimento das terras indígenas no Brasil. Neste volume, cujos artigos foram escritos entre 1983 e 1994, apesar da leitura ser dificultada para todos os que não têm familiaridade com leis e processos, os textos apresentam uma unidade maior na escrita que o volume anterior, fornecendo dados sobre os meandros legislativos, concernentes às questões fundiárias, muito elucidativos. Oliveira Filho assina quatro dos oito textos, sendo um em parceria com Almeida. No primeiro artigo (:15) faz uma etnografia dos processos jurídicos, administrativos e políticos que envolvem o estabelecimento das terras indígenas pelo Estado; no segundo (:43) esclarece sobre as fases que compõem o processo de reconhecimento das terras indígenas e demonstra a ineficiência da FUNAI -pelo menos até 1987, data da primeira apresentação deste texto- no cumprimento das disposições legais e constitucionais em relação aos indígenas. Nesta mesma direção vai o texto de Linhares (:125), porém com uma especial atenção na relação entre INCRA e FUNAI e na definição de conceitos como terra devoluta, terras públicas, terra indígena. Esta última categoria é analisada por Azevedo (:153) à luz da atuação do Poder Judiciário, e observa também como as leis e os direitos indígenas são atualizados nos espaços dos foruns. No artigo de Oliveira Filho com Almeida (:69) os autores apresentam uma arqueologia dos arquivos da FUNAI e das posturas adotadas por seus funcionários. As crises, o catastrofismo e a urgência em tomar determinadas medidas dão o tom da atuação do órgão governamental, justificando a ausência de análise e validando formas desgastadas de indigenismo (:71). Em diálogo com este texto está o de Souza Lima (:171), que lança luzes sobre diferenças ideológicas e de concepções sobre a relação entre os

índios e a terra em diferentes períodos históricos, e assim, considerar a historicidade como mais um elemento na pesquisa sobre as práticas envolvidas nos processos de identificação de terras indígenas. Este autor apresenta ainda um segundo artigo (:221), em que trata da dimensão textual dos relatórios antropológicos referentes à criação de terras indígenas e busca um suporte na corrente pós-moderna que procura desmascarar as artimanhas do realismo etnográfico⁴ ou das estruturas narrativas implícitas⁵. No último artigo, também de Oliveira Filho (:269), a preocupação recai sobre as tarefas e expectativas que são atribuídas aos antropólogos na confecção de laudos periciais -em sua maioria envolvidos com a definição do território indígena. Este autor propõe uma série de condutas que ajude o antropólogo a não se afastar de seus pressupostos teóricos e metodológicos para que assim, possa estar livre para elaborar aquilo que só a pesquisa antropológica pode dizer, ou seja, “como o território em questão será pensado pelo próprio grupo étnico no momento presente” (:293).

Já há algum tempo, na antropologia brasileira, vem ocorrendo um debate em torno de duas vertentes aparentemente opostas: a chamada escola “contatualista”, e a da etnologia “clássica”. Não pretendo aqui entrar no mérito desta discussão, mas apenas comentar que estes dois livros se inserem na primeira vertente. Estes livros têm o valor de ampliar o foco de interesse nas sociedades indígenas, da antropologia para outras áreas -como a do direito indígena-, bem como propiciar dados para o aperfeiçoamento de políticas públicas e não-governamentais.

Notas

¹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero.

² GLUCKMAN, Max; DEVOS, E. “Analysis of social situation in modern zululand”. In: *The Rhodes-Livingstone Papers*, Manchester University Press, 28, 1936.

³ Também publicada em “Uma etnologia dos ‘índios misturados’?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, *Mana*, v. 4 (1), p. 47-77, PPGAS, 1998.

⁴ Ver em MARCUS; CUSHMAN, “Ethnographies as texts”. In: *Annual Review of Anthropology*, 11:25-69, 1982.

⁵ Ver em BRUNER, Edward M. “Ethnography as narrative”. In: TURNER, V. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p.138-155.